

# O SOM ARQUIVADO DA ALEGRIA: DADOS HISTÓRICOS DE UMA CULTURA LÚDICA NAS ESCOLAS MARANHENSES (1890 - 1930)

*THE ARCHIVED SOUND OF JOY:  
HISTORICAL DATA OF A LUDIC CULTURE  
IN MARANHENSE SCHOOLS (1890-  
1930)*

Rosyane de Moraes Martins Dutra **1**

**Resumo:** O artigo investiga os indícios de cultura lúdica nas escolas de instrução primária e jardins de infância, a partir da análise de obras literárias de educadores maranhenses, artigos de jornais e legislações estaduais. A pesquisa desse corpus documental, levanta dados de uma infância que brincava no interior das escolas de primeiras letras e nos primeiros jardins de infância, que entre o fim do império e o início do regime republicano, acenavam para um novo ideário educacional que proclamava a criança como sujeito ativo. Os estudos de autores do campo da história da infância, como Freitas (1997), Monarcha (2001) e Kuhlmann Jr. (2010) apontam para a existência de espaços lúdicos organizados no interior das instituições escolares, que sinalizavam para as tendências de uma educação para as crianças aliada a um novo sentimento: o movimento do corpo infantil. No Maranhão, as evidências de discursos e práticas que comungavam com a concepção de uma infância que podia brincar estavam silenciadas nas entrelinhas de textos literários, como os escritos das professoras Rosa Castro (1891 - 1976) e Laura Rosa (1894 - 1976), as primeiras mulheres que anunciavam o lúdico como a própria vida das crianças, e os Jornais Pacotilha e A Escola, que em artigos periódicos, circulavam as ideias sobre a educação. Com os resultados dessa análise pretende-se contribuir com uma história da infância no Maranhão, enfatizando as práticas lúdicas mobilizadas nas escolas primárias e dos jardins de infância, como primeiras instituições de educação das crianças. Um convite a formação de um novo campo de estudos e pesquisas das crianças maranhenses, que tiveram seus sons, tons, brados e sussurros arquivados.

**Palavras-chave:** História. Infância. Brincadeiras. Maranhão.

**Abstract:** The article investigates the signs of a ludic culture in primary schools and kindergartens, based on the analysis of literary works by Brazilian and Maranhão educators, newspaper articles and state legislation. The research of this documental corpus, raises data from a childhood that played inside the schools of first letters and in the first kindergartens, which between the end of the empire and the beginning of the republican regime, beckoned to a new educational ideal that proclaimed the child as an active subject. Studies by authors in the field of childhood history, such as Freitas (1997), Monarcha (2001) and Kuhlmann Jr. (2010) point to the existence of playful spaces organized within school institutions, which signaled the trends of an education for children combined with a new feeling: the movement of the child's body. In Maranhão, the evidence of discourses and practices that shared the conception of a childhood that could play were silenced between the lines of literary texts, such as the writings of teachers Rosa Castro (1891-1976) and Laura Rosa (1894-1976). the first women who advertised play as the very life of children, and the newspapers Pacotilha and A Escola, which circulated ideas about education in periodical articles. With the results of this analysis, it is intended to contribute with a history of childhood in Maranhão, emphasizing the playful practices mobilized within primary schools and kindergartens, as the first educational institutions for children. An invitation to the formation of a new field of study and research for children from Maranhão, who had their sounds, tones, shouts and whispers filed away.

**Keywords:** History. Childhood. Jokes. Maranhão.

---

Professora do Departamento de Educação I — Curso de Pedagogia/UFMA. Doutoranda em Educação (UNIFESP). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras (GEPiB/UFMA). Membro do GT Nacional História da Infância (ANPUH-Br).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3305787052738350>.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4800-7493>.  
E-mail: [rosyane.dutra@ufma.br](mailto:rosyane.dutra@ufma.br)

## Introdução

A transição do império à república, no Maranhão, foi marcada por mudanças significativas no pensamento educacional, que refletia a formação das novas sociedades modernas. Propostas educativas que consideravam as crianças e suas manifestações, eram percebidas em espaços como as escolas e os jardins de infância, enfatizados pelos intelectuais republicanos como instituições de formação do novo homem. Desde os anos 1870, a elite intelectual, responsável pelos estudos e propagação de um ideário renovador, influenciado por correntes psicológicas e pedagógicas que focavam no corpo e no movimento, utilizavam a imprensa para divulgarem a institucionalização de novas práticas sociais e conseqüentemente, educativas, para a educação de meninos e meninas maranhenses.

Dentre as práticas e discursos comuns para a constituição de uma educação para a modernidade, estava a realização de exposições e congressos para discussões sobre a infância e a criança que se pretendia formar, a produção de materiais pedagógicos condizentes com os métodos e práticas dos professores, a ênfase na formação de professores para a escola primária, revitalizando os objetivos da Escola Normal do Estado e a construção de uma arquitetura escolar que inaugurava o sentimento republicano sobre o ensino e a subserviente sociedade maranhense. Assim, entre jornalistas, educadores, médicos e legisladores, se erguiam os monumentos e os discursos sobre a escola, sua função nesse período transicional e como lançaria o olhar sobre as crianças e suas brincadeiras.

Portanto, a partir da análise documental de fontes como jornais, legislações e obras da literatura maranhense, esse artigo pretende historiar a presença de uma cultura lúdica nas escolas e jardins de infância maranhenses, durante a Primeira República, que indiciavam práticas brincantes com as crianças que eram instruídas nesses espaços, sob os métodos educativos propostos por Pestalozzi e Froebel, precursores do uso de brinquedos e materiais pedagógicos lúdicos no âmbito das instituições de educação infantil. Nessa investigação, serão consideradas as produções bibliográficas das professoras Rosa Castro (1871 – 1976) e Laura Rosa (1894 – 1976), mulheres que difundiam as novas ideias sobre recreação e atividade em grupos, que influenciavam as maneiras de pensar uma escola para as crianças e por serem consideradas as defensoras de um ensino mais ativo. Os jornais *Pacotilha* e *A Escola*, forneceram subsídios para identificação dos discursos sobre a infância e a emergência de novos materiais e métodos pedagógicos no Maranhão para uma devida adequação às inovações metodológicas na escola de instrução primária e nos referenciados jardins de infância. Os decretos de criação dos primeiros jardins de infância na cidade de São Luís, anunciados nas falas e mensagens dos governadores aos congressos do estado, instituíam esses espaços como idealizadores da educação republicana, que considerava as práticas brincantes como uma pedagogia infantil apropriada para formar a criança em favor da pátria.

Esse artigo está constituído de uma sessão introdutória, para apresentação do objetivo e da metodologia utilizada. Depois, uma sessão intitulada *Uma educação republicana para as crianças maranhenses: pedagogia, modernidade e o corpo infantil*, que apresentará o cenário de formação de uma política educacional que pretendia consolidar os discursos e as práticas da proposta republicana, que passava a olhar para os métodos, os materiais pedagógicos e o corpo infantil. A posteriori, uma terceira sessão intitulada *Dados de cultura lúdica nas escolas e jardins de infância: os intelectuais e os discursos sobre o brincar*, que trará dados históricos de uma cultura que consideramos lúdica, onde as práticas pedagógicas valorizavam os estudos modernos sobre ensino e aprendizagem, que com a ajuda dos intelectuais, consolidavam os discursos sobre infância e brincadeiras no âmbito escolar.

Os dados analisados são resultados de pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância e Brincadeiras (GEPiB), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Dentre as linhas de pesquisa do grupo, uma investiga a história da infância maranhense, desde o império, onde são levantados dados históricos sobre as crianças, as instituições de educação e as políticas educacionais que moldavam as práticas educativas, escolares ou não, na história da educação infantil no Maranhão.

## Uma educação republicana para as crianças maranhenses: pedagogia, modernidade e o corpo infantil

A República, instaurou uma nova ordem no projeto de nação e de educação do povo: era preciso remodelar a escola. Romper, portanto, com o atraso deixado pela monarquia e progredir, para a anunciada modernidade que mudava as sociedades e o pensamento sobre as instituições e as propostas de ordenamento social. Os governos republicanos repensavam as políticas educacionais e os espaços educativos, investindo em grandes construções e formas escolares adequadas ao disseminado sentimento nacionalista. “Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente” (CARVALHO, 2003, p. 24).

Para educar seria necessário conhecer novos métodos, que já eram colocados em prática em outros países e mobilizavam os personagens da trama educacional brasileira a construir uma escola moderna, amparada nos discursos de um ensino renovado, que centralizava o ensino nas experiências e na vida. Escolas modelos com abordagens metodológicas práticas e instrutivas, que utilizavam materiais pedagógicos modernos advindos das últimas tendências teóricas e formavam os professores para o futuro da nação. Nesse propósito, os Jardins de Infância, *os kindergartens*<sup>1</sup>, seriam espaços criados sob essa abordagem, com forte presença de rituais cotidianos e atividades de experiência das crianças com os brinquedos, materiais pedagógicos e brincadeiras com os outros.

Os atos de chegar e de sair da escola, assim como outros, eram ritualizados e geralmente acompanhados de um significado simbólico. Poderia ser a música, os gestos do educador ou as formações corporais das crianças: sempre havia um ritual para os iniciados (KUHLMANN JR., 2010, p. 123)

Uma revolução na educação das crianças, que até então, frequentavam creches e escolas primárias com práticas assistencialistas e escolarizantes. As primeiras décadas da República brasileira foram marcadas pela inauguração dessas instituições, provindas do ideário moderno de ensino intuitivo, difundidas por Pestalozzi e Froebel, que moldavam as formas educativas nos sistemas de educação estaduais. No Maranhão, a primeira reforma da instrução pública republicana no ano de 1890 estabelecia a criação de uma Escola Normal para formação de professores da escola primária, além das escolas modelares e grupos escolares, considerados *Templos de Civilização*<sup>2</sup>, conforme análise de Souza (1998), que em meio a discursos, arquiteturas e práticas civilizatórias, foram alicerçados como instrumentos de moralização e conformação do povo. Na fala do Diretor da Escola Normal, Barbosa de Godois, em 1910, em sua obra *O mestre e a escola*, identificaram-se vestígios desses anseios nacionalistas, enfatizados por intelectuais maranhenses, que muito contribuíam para a construção desse ideário.

A incongruência de abrir escolas, multiplicar-as mesmo, deixando o ensino nas torturas da rotina e com um programma que fôra o desses estabelecimentos da infância da instrução primaria, tornava-se mister contrapor uma instrução que correspondesse à nossa época e à missão vasta que se destina a esses estabelecimentos na sociedade culta moderna (GODOIS, 1910, p. 4-5)

Em 1895, a Lei nº 119 de 2 de maio, reorganizava a instrução pública, abandonando as tradicionais regras imperiais e implantando novas regulações nos serviços prestados à educação das crianças e dos jovens maranhenses. Esse foi o primeiro Regulamento da Instrução

1 Escolas para crianças menores de 7 anos, criadas pelo educador Friederich Froebel, que funcionavam sob a ideia de ser um espaço parecido como um jardim, onde as crianças seriam as florzinhas, e as professoras, jardineiras que regavam as flores.

2 Em sua pesquisa, Souza (1998) destaca a criação dos grupos escolares, no período republicano brasileiro como um amplo projeto civilizador, com a difusão e exigência da alfabetização enquanto política necessária à consolidação do regime.

Pública no Maranhão, também chamada *Reforma de Benedito Leite*<sup>3</sup>, então diretor da instrução pública, reconhecido como político influente e grande reformador da educação no estado, pertencendo ao Partido Federalista (Conservador), que possuía forte presença nas decisões políticas desde o Império. Essa lei obrigava a instrução das crianças entre 8 e 12 anos, porém evidenciava a exclusão das crianças doentes, pobres, com deficiência, que não possuíam as condições para usarem as vestimentas recomendadas nessas legislações. Em 1896, a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado do Maranhão, como lei que acrescentava novas regulações da instrução pública, divergia dos princípios universais de educação do povo.

Parágrafo único: não será obrigatório a frequentar a escola do Estado, nem tão pouco a municipal ou a particular, o menor que tiver incapacidade física ou mental, sofrer de moléstia contagiosa, ou for tão indigente que não tenha meios de preparar-se para frequentar as aulas ainda pelo modo mais modesto (MARANHÃO, 1896, p. 40).

Mas, com movimentos renovadores como o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*<sup>4</sup> e as conferências pela *Associação Brasileira de Educação*<sup>5</sup>, surgiam discursos e políticas de remodelação da instrução pública, incluindo as tendências europeias e norte-americanas, importadas em viagens pedagógicas e reconhecidas pelas exposições nacionais e internacionais. A criança passava a ser o centro das discussões na construção dos novos paradigmas para a educação nacional, como a criação de instituições para a educação e saúde da infância como creches, institutos de assistência, patronatos, associações beneficentes, escolas maternas e jardins de infância. As décadas de 1900, 1910 e 1920 foram marcadas pelos congressos pedagógicos e pelas conferências públicas, representativos dos movimentos que aconteciam fora do Brasil e influenciavam as reformas da instrução primária nos estados, como as Conferências Pedagógicas, que aconteciam no Maranhão no ano de 1919 para professores, realizadas nas próprias escolas, que numa série de palestras abordavam temas como a Higiene Infantil e a Psicologia da Criança.

Essas palestras serão todas breves, de caráter muito prático, visando a direção a dar ao ensino das disciplinas que constituem o curso primário das escolas. Evitar-se-á todo e qualquer luxo da erudição. Como ensinar o curso primário eis o que se nelas exporá, procurando firmar ideias de aplicação imediata na tarefa diária do professor (PACOTILHA, 1919, p.1).

A intenção era preparar os professores para o ensino moderno e que as crianças fossem sujeitos ativos, por isso, capazes de realizarem atividades em grupo e de cuidarem do seu próprio corpo. Nessa proposta, as famílias eram incluídas no acompanhamento da educação escolar, não somente com atividades pedagógicas que deveriam ser realizadas, mas com a higiene constante das crianças. “Com a criação do jardim-de-infância - expressão que assemelha a infância às plantas que crescem mediante cuidadoso cultivo - os professores normalistas republicanos empenharam-se na especificação das características da primeira infância (...)” (MONARCHA, 2001, p. 89). No governo de Godofredo Viana (1923 - 1927) a reforma do ensino

3 Benedito Pereira Leite foi político influente no Maranhão, fundando escolas como a Escola Modelo, e criando legislações como as reformas na instrução pública, quando governador do estado.

4 O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, datado de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, dentre 26 intelectuais, entre os quais Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles.

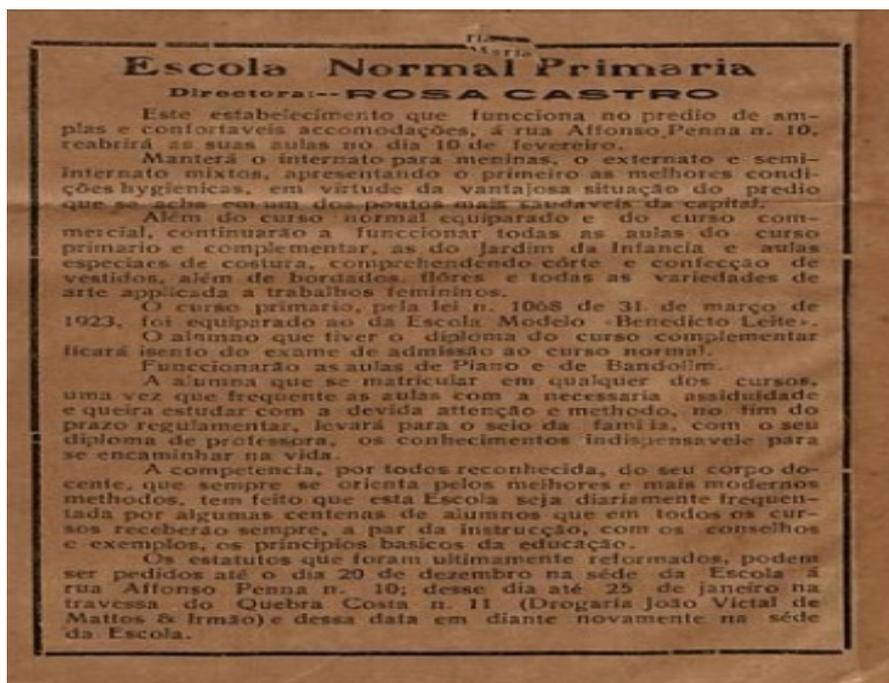
5 A criação da Associação Brasileira de Educação em 16 de outubro de 1924 foi um acontecimento que teve importância fundamental para o direcionamento das mudanças que se fizeram no sistema educacional escolar na segunda metade da década de 1920 e, principalmente, na primeira metade da década seguinte. Até aquela data, o debate sobre as questões educacionais se restringia, quase que exclusivamente, ao interior do Estado. Depois dela, passou a existir um espaço na sociedade civil onde se discutiam as políticas educacionais elaboradas pelo Estado e se elaboravam sugestões.

primário, Decreto nº 616, de 15 de julho de 1923, incluía a educação das crianças menores de 7 anos, pois buscava expandir o ensino para as massas, combatendo o analfabetismo considerado muito alto no Estado do Maranhão.

Essa reforma, de que foi incumbida uma comissão composta dos professores Joaquim de Oliveira Santos, Osorio Anchieta e Dr. Cesario Veras, com a colaboração do ilustre publicista Sr. Fran Paxeco, e sob a minha presidência, está moldada nos mais recentes ensinamentos da pedagogia e della esperam-se abundantes fructos (MARANHÃO, 1924, p. 63).

Essa reforma passava a estabelecer a formação das crianças em três cursos: o elementar, feito dos 5 aos 7 anos; o médio, dos 7 aos 12 anos, e o complementar, dos 12 aos 13 anos. À Escola Modelo Benedito Leite, estava reservado o ensino elementar, com a criação do primeiro Jardim de Infância público, em prédio anexo. Porém, na cidade de São Luís, já funcionavam outros jardins de infância e escolas primárias, mantidas por instituições religiosas, particulares e/ou educadores maranhenses formados pela Escola Normal do Estado. A criação de uma Escola Normal Primária, pela professora *Rosa Castro*<sup>6</sup>, de caráter privado, ampliava a possibilidade de formação de professores para o ensino elementar, como destacava a publicação no jornal da instituição, *A Escola*, de 23 de novembro de 1924.

Figura 1. Anúncio sobre a Escola Normal Primária, em São Luís



Fonte: Jornal *A Escola*, 1924. Disponível em <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>.

Além da formação do professorado para a uma pedagogia moderna e considerava o ensino prático e instrutivo, os materiais pedagógicos deveriam respeitar as novas tendências, com livros da literatura infantil e objetos lúdicos como os brinquedos. O tempo, passava a ser mais controlado, para que as crianças pudessem brincar nas instituições escolares, no horário designado como *recreio*, onde era possível interagir com grupos de colegas, respeitando o gênero: meninas brincavam com meninas, e meninos com meninos. No controle do tempo, o controle sobre as manifestações do corpo infantil, que brincava sob a observação atenuante da educadora. “Nesse palácio mágico de cristal” [...] cria-se um mundo de sonho e fantasia: crianças rosadas animam a natureza, exercitando seus dons, e jardineiras jovens agitam a vara

<sup>6</sup> Uma maranhense, nascida na cidade de São Bento, na baixada maranhense, atuante nos espaços políticos e de discussão sobre a formação de professores no Estado do Maranhão. Professora da Escola Normal do Estado, onde lecionava a disciplina Filosofia da Educação.

de condão, exercendo forte sugestão sobre a imaginação das crianças- (MONARCHA, 1997, p. 121).

A educação passava a ter ênfase no trabalho, na atividade, no movimento que as crianças deveriam ter no espaço escolar, com materiais adequados e tempos limitados. A concepção da criança como futuro da nação tomava conta dos discursos políticos e educacionais, influenciados pelas tendências pedagógicas que surgiam na Europa e Estados Unidos. Dewey, Decroly, Freinet, Montessori, entre outros estudiosos que propuseram investigar uma pedagogia para as crianças, a partir dos seus estratos sociais, contribuíam com a formação dos intelectuais maranhenses, que administravam as políticas e as instituições de educação.

O mestre que não se sente bem na sua classe, que não se dirige com a paixão e o ardor que transpiram dos seus menores actos, estará longe de conseguir preparar intelectual e moralmente as crianças que lhe forem confiadas (A ESCOLA, 1924, p. 03)

Essa citação, trecho de uma reflexão da professora Rosa Castro, então diretora da Escola Normal Primária, publicado no jornal criado por essa instituição para divulgação das ações escolares, apresentava o pensamento representante da pedagogia moderna no Maranhão, e tiveram muitos adeptos educadores. Mulheres educadoras ressignificavam a política de formação de professores maranhenses, combatendo as ideias de supremacia masculina e produzindo materiais com olhares aproximados à ludicidade.

## Dados de cultura lúdica nas escolas e jardins de infância: os intelectuais e os discursos sobre o brincar

Em conferência intitulada *As Crianças*, realizada no âmbito da Biblioteca Pública, em 4 de dezembro de 1909, a professora normalista Laura Rosa (1894 -1976), anunciava uma concepção sobre infância que pairava sobre a pedagogia aclamada em uma exortação às mães e às práticas que deveriam adotar junto aos seus filhos, conforme as orientações médicas e higienistas que marcavam o início do século XX:

A criança é o symbolo da alegria e da inocência, a flôr perfumada e casta que desabrocha no seio maternal. Imaginemol-a no regaço materno, sugando avidamente com os lábios roscos e perfumados o leite da sua progenitora; como é risonha e adorável entre as faixas singelas ou rendilhadas, cheirando à alfazema! (ROSA, 1904, p. 22)

As crianças, portanto, eram apresentadas como seres delicados, e que necessitavam de intervenção educativa, proposta também da pedagogia froebeliana, que concebia as crianças como flores de um jardim e atribuía a família a primeira obrigação na educação das crianças pequenas, desde o nascimento (ARCE, 2002). O pensamento de olhar para as escolas como jardins, refletia o desenvolvimento natural que deveria ser possibilitado através das *autoatividades livres*<sup>7</sup>, nas quais *as jardineiras semeavam nas florzinhas*, o desejo de aprender.

Aos 7 annos a criança deve tomar os livros e caminhar para a escola, onde o mestre lhe vae iluminar a intelligência, desenvolve-a, dar-lhe a beber idéas novas, burilar-lhe o pensamento, cultivar-lhe o entendimento. Mas aquilo que se chama o eu ah! Esse já vem do lar, já vem formado de casa. (ROSA, 1909, p. 32)

Rosa (1909), enquanto difusora dessas propostas civilizatórias, defendia a formação do pequeno leitor e da importância dos livros escolares para a educação das crianças maranhenses, que frequentavam as escolas de instrução primária na capital. Intelectuais maranhenses,

<sup>7</sup> Nessas atividades, as crianças conseguiriam sozinhas, descobrir os limites das suas atitudes, e construiriam seus conhecimentos com liberdade e curiosidade.

como as professoras Laura Rosa e Rosa Castro<sup>8</sup>, criaram uma rede de produção bibliográfica, para a venda de um novo estilo de vida escolar para as crianças, que legitimava os discursos de uma nova criança, que deveria brincar, manipular, interagir e construir conhecimento. A conferência da professora, foi noticiada no dia posterior, chamando atenção para os assuntos que destacara em sua fala.

#### Conferência

D. Laura Rosa, inteligente normalista, realizou no sabbado, na sala da Bibliotheca Publica, uma longa palestra sobre - As crianças. Teve palavras de elogio para as conferências effectuadas pela Universidade Popular Maranhense e para os autores das mesmas; fez um estudo acerca da evolução dos methodos educativos, desde os povos do Orienta, que principiaram a civilização humana, até as do Occidente, que a estão continuando; expôs o seu modo da ver na educação das crianças, pelas mães, e na sua instrucção, pelos professores. Com uma dicção fácil e clara, revelando applicação, d. Laura Rosa mereceu as palmas que lhe tributaram e os cumprimentos que lhe fizeram (PACOTILHA, 1909, p. 01).

O discurso se afinava com as teorias pestalozziana e froebeliana, que relacionavam o trabalho das professoras a uma vocação maternal, por conclamarem as mulheres a uma transcendência dos seus papéis domésticos, aplicando-os no serviço público. “Froebel considerava que seria sumamente proveitosa a introdução de verdadeiras horas de trabalho manual na educação das crianças, [...]”, pois assim, se espantaria a preguiça e a má conduta principalmente no interior da instituição escolar (KUHLMANN Jr. 2010, p. 109). Assim, nos modelos propostos de escola primária e jardins de infância, era preciso ocupar o tempo das crianças com atividades que desenvolvessem o espírito altruísta que descartava a possibilidade da desatenção e da irritabilidade. Um processo docilizador dos corpos infantis, que se respaldava no que as crianças mais gostavam de fazer: brincar.

**Figura 2.** Crianças após recreio, no Jardim de Infância da Escola Normal Primária



**Fonte:** Jornal A Escola (1924). Disponível em <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>.

<sup>8</sup> Normalistas, professoras do magistério, produziram discursos e práticas em prol da educação das crianças e da formação da professora primária, constituindo um campo mais feminino de atuação política e divulgadora das novas ideias sobre infância.

Consequentemente, a professora Rosa Castro, no ano de 1933, lança seu primeiro livro de literatura infantil, chamado *O Livro de Lúcia*<sup>9</sup>, escrito para consolidação das ideias republicanas de formação das crianças na escola primária e jardins de infância em São Luís. Os livros escolares e literários traziam os discursos do projeto nacionalista que via na institucionalização das crianças o meio legitimador do ideário civilizatório, com propostas atraentes para a formação dos pequenos ludovicenses, de exaltação do corpo infantil e da brincadeira. “O novo cidadão não é mais invocado para officiar no augusto templo da Ciência. Basta-lhe agora o manejo cívico do alfabeto” (CARVALHO, 2003, p. 35). A leitura era considerada como fundamental na formação do pequeno cidadão maranhense, pois na escola se deveria ter o conhecimento da história, da cultura, dos valores sociais e do bom comportamento, que eram conteúdos presentes na obra de Castro (1933), aplaudida pelos autores e políticos da época.

Num gesto de fidalga distinção para nós, incumbiu-nos a provectora educadora d. Rosa Castro de ler o seu opúsculo intitulado “Livro de Lúcia”, onde a par da linguagem castiça e acessível a inteligência da criança, procurou a ilustrada professora reunir lições de verdadeira utilidade nos amplos domínios do ensino moderno. A nós porque infelizmente não poderíamos fazê-lo,- não nos cabe dizer estas palavras com ares de quem, com autoridade bastante pudesse falar com precisão matemática, apontando os senões que por acaso tivesse o livreto “Livro de Lúcia”. (...) No “Livro de Lúcia” estão capituladas lições que não só se moldarão ao espírito infantil pela facilidade e elegância com que foram escritas, como também as professoras de amanhã que nele encontrarão uma boa fonte para aquisição dos conhecimentos de que necessitam. (DIÁRIO DE SÃO LUÍS, 1933, p. 04)

O Livro de Lúcia é escrito sob a perspectiva de uma criança, chamada Lúcia, que vive seu tempo na escola e relata os momentos significativos em sua formação. Nessa seção, apresentar-se-á o 7.º capítulo do livro, intitulado *O Recreio*, que logo na primeira página atribui a hora do recreio na escola como premiação às crianças que terminassem suas lições, requeridas pelas professoras em sala de aula. A menina Lúcia relata sua impressão vendo seus colegas de turma sendo liberados para o recreio: “Hoje não ficou nenhum dos meninos detido na classe: todos souberam muito bem as lições e não tiveram mau comportamento até essa hora”. Castro (1933), utilizava as histórias contadas pelas próprias crianças para que estas mudassem os comportamentos, na defesa de uma instrução correta, onde a criança só poderia brincar se cumprisse seus deveres estudantis.

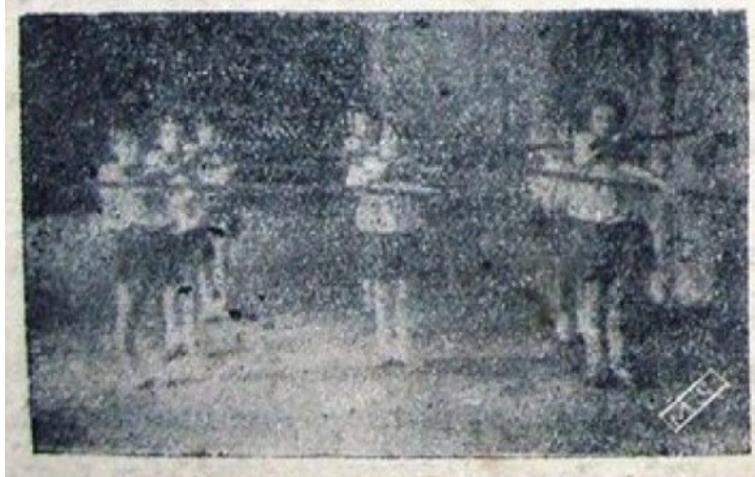
A menina Lúcia, em suas memórias, detalhava os brincades das crianças nessa hora tão esperada: “Formam-se grupos, filas e fileiras, e, enquanto estes conversam numa incessante animação e outros riem de histórias engraçadas que lhes contam os companheiros, outros dão saltos e apostam umas carreiras” (CASTRO, 1933, p. 34). Encontram-se nesses trechos, pistas das brincadeiras que as crianças inventavam quando se encontravam, relatados pela personagem e enfatizados por Castro (1933) como práticas necessárias na formação de uma criança ativa.

Castro (1933, p. 34) especificava a importância de brincar na escola através dos relatos de Lúcia: “No fundo do salão, agrupam-se as meninas. Vem o Jardim da Infância, e, sob a direção das alumnas mais adiantadas, entre as quaes se acham Ruth e Amelia, começa a criançada os seus interessantes brinquedos de roda”. Nesse trecho das lembranças do recreio de Lúcia, dados sobre as brincadeiras entre crianças de idades diferentes e da valorização das cirandas, das brincadeiras de roda entre as favoritas entre as meninas. Essa divisão por gênero era característica da educação republicana, onde se atribuíam comportamentos, espaços e atividades consideradas adequadas a meninos e meninas, e que contribuíam com a desigualdade entre

<sup>9</sup> Livro criado sob a perspectiva da infância ideal, que em meio a inofensivas histórias infantis, se impunha a absorção de novas formas de cuidar e educar as crianças brasileiras, que parte do desejo hegemônico das classes dominantes: formar o pequeno trabalhador.

mulheres e homens na sociedade. As pedagogias modernas mantinham essa divisão por gêneros e idades, dando continuidade às práticas educativas do Império, em uma roupagem mais atraente.

**Figura 3.** Imagem das meninas, brincando de bambolê, em um Jardim de Infância



**Fonte:** Livro de Lúcia, 1933, p. 34.

Castro (1933) demarcava a importância da hora do recreio em sua obra, atividade essa que tinha como objetivo o desenvolvimento da relação das crianças com a natureza, o aprimoramento do crescimento e da educação física. A ênfase no uso de brinquedos, como a bola, o bambolê e a corda, aproximavam as crianças das experiências criativas, onde reinventavam os jogos e as brincadeiras quando estavam em grupos. Uma prática inovadora na escola primária, despertada pelos discursos das professoras, que contribuíam com a formação de professores mais atentos às crianças, aos seus movimentos e suas descobertas.

Além dos jogos específicos e daqueles traduzidos de outras culturas, também os jogos utilizados no jardim de infância poderiam ter origem nos costumes infantis brasileiros, que foram sendo passados pela tradição e repetição através dos tempos, tais como os brinquedos de movimento, de imitação, e aqueles acompanhados de melodias (KUHLMANN Jr, 2010, p. 131).

No Maranhão, as brincadeiras de roda eram as mais expressivas no âmbito das instituições escolares, na hora do recreio, além das brincadeiras com bonecas, pipas e carrinhos. “Os brinquedos que estimulam a atividade devem ser objetos simples, feitos em casa: panelinhas, colheres, colares de carretéis, etc”.(O COMBATE, 1933, p.4). Os jornais, rotineiramente, publicavam reflexões de professoras primárias sobre o tempo de brincar nas escolas, com crianças com menos de 7 anos. “A função da professora, em tais casos, é ser criança como as outras o são. Contrariar esse princípio é contrariar a moderna pedagogia” (idem). Essas práticas dos publicistas davam respaldo aos discursos levantados por Rosa (1909) e Castro (1933), que contribuíam com a formação das professoras maranhenses, por uma cultura lúdica na escola.

As crianças eram alvo do controle pela educação, que metodologicamente, tentava reconstruir o sentimento civilizatório maranhense pela implementação de novas metodologias para atendimento das crianças nas escolas primárias e jardins de infância. Acreditava-se que, pela infância, seria possível formar uma nação ideal, livre dos excessos, condicionada aos ideais republicanos. Nesse processo, a produção bibliográfica era importante para garantir a homogeneidade na formação das crianças, livros que eram escritos por professores maranhenses, numa linguagem leve e encantadora, atraíam os pequenos leitores à proposta civilizatória da Primeira República. Discursos que por trás escondiam a trama da disciplinarização das crianças, tendo o tempo de brincar como premiação aos que terminassem suas lições. O que dessoa

dos anúncios de novos tempos e novas formas de olhar para as crianças.

## Considerações Finais

Na minha rua  
Existe uma escola  
Cedinho, chego à janela  
E vejo as querulas crianças  
Com que ternura, com que carinho  
Com que orgulho feliz  
Sorrio então a essas risonhas esperanças  
Do meu grande paiz!  
(Assis Garrido, 1933)

A inserção dos novos paradigmas educacionais na Primeira República, transformaram a escola de instrução pública em espaço de brincadeiras, entre as crianças que a frequentavam. Não como atividade livre, de descobertas e exploração do meio, mas como uma etapa da educação pré-escolar, comprometida com o novo programa de estudos, derivado das tendências pedagógicas que moldavam o ensino no mundo ocidental. Jogos e brincadeiras, eram considerados como exercícios físicos, importantes para o desenvolvimento infantil, também para uma formação de um futuro para a nação, que necessitaria de uma sociedade educada sob bases civilizatórias, que conduzem o povo a um progresso.

As instituições criadas para esse fim, como os jardins de infância, pretendiam ser um projeto bem-sucedido de educação das crianças através da pedagogia moderna, que dentre seus princípios, considerava as crianças como sujeitos que precisavam de proteção, de alegria e de saúde. Sob essa base, propunham rotinas de atividades que incluíam a ludicidade, com horários para brincar e para utilização de materiais pedagógicos como jogos educativos. Além disso, o tempo de estarem com outras crianças, brincando com objetos lúdicos próprios da cultura infantil, possibilitou uma ampliação do conceito sobre infância e qual educação deveria ser oferecida aos pequenos maranhenses.

Considera-se um avanço, em comparação ao período imperial, marcado pela educação jesuítica e passiva, onde a criança apenas respondia a comandos dos professores, e não brincavam na escola. Porém, a proposta lúdica levantada por meio dos registros literários e dos impressos periódicos permite considerar as atividades brincantes na escola republicana como modismos adotados por outros países e que por força das teorias pedagógicas, acabavam implantados nos sistemas e políticas educacionais. O que serve de análise para esse objeto, é compreender que apesar da imposição de uma metodologia orientada para os estados federados, as crianças, vivenciavam aproximações da cultura local, e isso dava sentido à vida na escola.

Assim, estudos sobre as brincadeiras numa perspectiva histórica, como objeto de pesquisas nos programas de pós-graduação e grupos de estudos e pesquisas no nordeste brasileiro, são relevantes para retratarmos a presença dessas atividades lúdicas na vida das nossas escolas, mesmo que de forma fragmentada como o recreio, mas que representavam dados de experiências únicas das crianças com os jogos e as brincadeiras que marcaram as infâncias brasileiras. Isso também é importante para ser recuperado em nossas investigações sobre as crianças e como as políticas, os discursos e as práticas pedagógicas cercavam os sons da alegria, na escola.

## Referências

**A Escola.** São Luís, p. 03; 05, 1924. Disponível em <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 10 nov 2021.

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos jardins-de-infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CASTRO, Rosa. **O Livro de Lúcia**. 5. ed. Maranhão: Typografia Teixeira, 1933.

**Diário de São Luís**. São Luís, p. 04, 1933. Disponível em <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em 10 nov 2021.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GODÓIS, Barbosa de. **O mestre e a escola**. Maranhão: Imprensa oficial, 1910.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MARANHÃO. Lei nº 119 de 2 de maio de 1895. **Reorganiza a Instrução Pública do Estado**. São Luís: Coleção das Leis do Estado do Maranhão, 1896.

MARANHÃO. **Mensagem do Sr. Dr. Governador Godofredo Mendes Viana ao Congresso do Estado no dia 05 de fevereiro de 1924**. São Luís: Imprensa Oficial, 1924.

MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da Infância Brasileira (1875-1983)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

MONARCHA, Carlos (org.). Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MONARCHA, Carlos (org.). Revista do Jardim de Infância: uma publicação exemplar. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da Infância Brasileira (1875-1983)**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

São Luís, p. 04, 1933. **O COMBATE**. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/pacotilha>. Acesso em 10 nov 2021

São Luís, p. 01, 23 fev. 1919. **PACOTILHA**. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/pacotilha>. Acesso em 10 nov 2021.

ROSA, Laura. **As Crianças**: conferência realizada no salão da Biblioteca Pública, a 4 de dezembro de 1909. São Luís, MA: Imprensa Oficial do Maranhão, 1909.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primaria graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

Recebido em: 02 de dezembro de 2021.

Aceito em: 16 de dezembro de 2021.